

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

MST e empresas: contradições do desenvolvimento das lutas sociais

Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho*

Resumo: Para além das grandes empresas capitalistas de comunicação que, corriqueiramente, publicam manchetes sobre a crise do Movimento Sem Terra, podemos observar vozes oriundas do interior do próprio MST destacando um momento histórico que lhe impõe graves dificuldades e encruzilhadas. Dentre os motivos, destaca-se a conjuntura de refluxo das lutas sociais de massa, a paralisação da Reforma Agrária, a situação econômica do país e o projeto político de um governo de composição de classes. Iremos ressaltar outro elemento que, se não está desconexo dos anteriores (sobretudo pela mediação do Estado), adquire contornos específicos. Para aprofundarmos a análise sobre uma possível crise do MST, cabe considerar os desdobramentos concretos de sua relação não apenas com o governo, mas, igualmente, com as empresas capitalistas. A partir das contradições dessas relações, objetiva-se auxiliar no processo de delinear tendências do desenvolvimento de um dos maiores movimentos sociais do mundo.

Palavras-chave: MST; Empresas; Agronegócio.

Numa nova onda de mobilização social e desenvolvimento do capitalismo no campo, o MST, sobretudo a partir da década dos anos 2000, passou a identificar como um de seus principais inimigos não apenas o latifúndio tradicional, mas as grandes empresas do agronegócio, colocando como uma de suas tarefas, "Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país" (MST, 2007), o que o levou a realizar ações ousadas de ocupação e destruição

* Entre outras coisas, doutorando em Ciência Política (Unicamp), mestre em Ciências Sociais (Unesp), e-mail: a.hilsenbeck@gmail.com.

de centros de pesquisa de monoculturas (sobretudo no sul e sudeste do país), notadamente levadas adiante pelos coletivos de mulheres (Mano, 2010).

Tal faceta do movimento é bastante difundida nos meios políticos e acadêmicos, o que auxiliar na caracterização do MST como um movimento anticapitalista de ação direta. Não cabendo, contudo, a mesma sorte para o outro lado desta moeda, isto é, para as relações que o Movimento vem desenvolvendo com empresas transnacionais. Deste modo, dada às limitações de extensão deste trabalho, focaremos nesta segunda faceta, mas sempre se deve levar em conta a ressalva de que não se trata de uma situação “chapada”, sem contrastes e mediações. Tal estudo é fruto de uma tese de doutoramento que pretende relacionar esta particularidade da ação do MST com as empresas transnacionais no bojo mais amplo de relações com governos, políticas públicas e ações de cunho antisistêmicas. Mesmo assim, acreditamos que se faz importante realizar uma análise crítica e pública, como o é este espaço de debate do simpósio internacional de pesquisadores das lutas sociais, para que possamos ter um quadro da realidade concreta, com os acertos e equívocos, que atravessa as lutas pela emancipação social.

Monoculturas, Petrobrás e biodiesel

A produção de variedade de alimentos através da agricultura familiar em contraposição à monocultura empresarial. O que poderia parecer dois polos da disputa política no campo dá ares de encontrar atualmente conciliação entre os seus dois atores principais. Do nordeste ao sul do país, assentamentos do MST inserem-se no processo produtivo do biocombustível, adotando, portanto, a monocultura (de mamona e girassol) em detrimento das policulturas de gêneros alimentícios.

Tal condição foi propiciada pelo governo federal através da Petrobrás (e pelas empresas que revendem óleo beneficiado para a estatal), que tem por uma de suas diretrizes o “selo combustível social”, para tanto, a empresa precisa comprovar a inclusão da agricultura familiar em pelo menos 30% do total de negócios. Segundo o coordenador da Diretoria de Desenvolvimento Agrícola, Suprimento e Comercialização da companhia, a intenção é implantar projetos e parcerias com cooperativas, organizações sindicais e movimentos sociais para a inserção da mamona na agricultura familiar. De acordo com o Plano Estratégico 2009/2013 da empresa, dos US\$ 174,4 bilhões de investimentos previstos para o período, US\$ 2,8 bilhões serão aplicados em agrocombustíveis. Para 2013 a meta é atingir a produção de 640 milhões de biodiesel no país (Glass, 2009).

Através de contratos de compra e venda os assentados, que antes plantavam feijão ou milho, têm a garantia de preço e assistência técnica para o cultivo de tais oleaginosas. "Temos contrato de compra e venda com a Petrobras. O quilo da mamona sem casca é R\$ 1. No feijão e no milho, não tem critério de preço, na mamona é garantido. Não temos controle de quanto é produzido de alimento, pois quase tudo é consumido pelas famílias.", conta Maria Sheila Rodrigues, da Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (Cooptrace), ligada ao MST. Lucas de Oliveira, que atua na Cooperativa Regional dos Assentados da Reforma Agrária do Sertão de Sergipe (Copraser), conta que possuem "(...) dois contratos com a Petrobras, de assistência técnica e de comercialização de grãos. Estamos na segunda safra. Temos que adaptá-la ao plantio de milho e feijão, mas os agricultores estão gostando porque o girassol tem uma certa resistência à seca. Para a região, é perfeito.". No Rio Grande do Sul, a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (Unaic) pressiona a estatal petrolífera para firmar parceria na compra das sementes de girassol, mamona e soja, evitando assim os intermediários (Jeronimo, 2011).

E como se pode ler em reportagem da Agência Brasil (Glass, 2009) e no relatório da mesma entidade em parceria com o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (Gomes, 2009), o MST e outras organizações como a CUT, FETRAF e Movimento de Luta pela Terra (MLT) têm demandado ao governo federal a criação de mecanismos que permitam o beneficiamento da mamona aos pequenos agricultores, permitindo a agregação de valor na venda do óleo. Também estariam sendo negociados contratos com a Petrobrás para o cultivo e venda de mamonas em cooperativas agrícolas em assentamentos pelo interior da Bahia.

Trabalhos temporários nas empresas do agronegócio

A situação característica de muitos acampamentos é a falta de trabalho e as enormes dificuldades financeiras. Estes fatores fazem com que grupos de acampados vendam sua força de trabalho para setores do agronegócio, como no caso da colheita da laranja, maçã, ou uva (que não contam com colheitadeira mecanizada), do corte de acácia e de cana, ou ainda que procurem empregos nas cidades, notadamente na construção civil e em serviços de limpeza.

Tal situação gerou uma experiência singular, de arrecadação de fundos para luta, na região de Vacaria, nordeste do Rio Grande do Sul. Em meados da década de 1990 foram

criadas no MST as Frentes de Trabalho, integradas ao setor da Frente de Massas, com o objetivo de auxiliar na arrecadação de fundos para o financiamento das lutas. Desta ação por parte dos acampados foi formada a Cooperativa dos Trabalhadores Gaúchos – Coopertchê - que passou a intermediar a contratação dos trabalhadores temporários para as empresas (Fernandes, 1999), (Rolim, 1996). Essa alternativa de autonomia financeira dos acampados fortaleceu a organização de algumas ações, pois parte do salário adquirido no trabalho era destinado ao Movimento, possibilitando autonomia para, por exemplo, ações mais radicais de enfrentamento ou a permanência prolongada em ocupações. Tal fato fez com que se conseguisse manter um grau de confronto e enfrentamento elevado.

Este fortalecimento financeiro produziu como sua contraparte o descontentamento entre os opositores do MST no Rio Grande do Sul, e um processo muito violento de repressão. Através do Ministério Público criaram-se diversas dificuldades para o desenvolvimento desta forma de atividade, sobretudo nas denúncias de práticas de terceirização irregular de trabalhadores pela Coopertchê. Além disso, se chegou ao ponto do Conselho Superior do Ministério Público do estado aprovar relatório sobre a necessidade de “quebrar a espinha dorsal do MST” e exigir a sua “dissolução” (Scolese, 2008)¹. Por outro lado, a experiência gerou alguns conflitos entre a base dos trabalhadores acampados e a direção estadual do movimento. Esta arrecadação financeira, pela base, proporcionou em alguns momentos autonomia na condução das lutas em relação às diretrizes tomadas pelo conjunto do movimento estadual.

Se em um primeiro momento a ação dos trabalhadores serviu para financiar ações de base dos acampados, posteriormente se integrou no orçamento do MST gaúcho. Miguel Carter (2006) informa que no ano de 2000 as cotas financeiras decorrentes do assalariamento temporário dos trabalhadores da Coopertchê alcançaram US\$400.000, um quarto do que foi arrecadado pela seção estadual do movimento no ano.

A aproximação com o agronegócio no Rio Grande do Sul talvez esteja ligada ao desenvolvimento da organização capitalista da agricultura gaúcha. A Agropecuária Schio, segunda maior produtora de maçãs do Brasil, conta com boa parte de seus trabalhadores temporários da colheita do fruto entre os membros de acampamentos e assentamentos do

¹ “Voto no sentido de designar uma equipe de promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade”, afirma o promotor Gilberto Thums”. Também no Rio Grande do Sul, na região de São Gabriel, ocorreu um violento despejo do movimento, resultando na morte de Elton Brum pela Brigada Militar. E, nesta mesma São Gabriel, os latifundiários divulgaram cartas conclamando ao assassinato dos militantes do MST, como pode ser conferido em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/256696.shtml>.

MST. A intermediação da força de trabalho para este ramo do agronegócio seria decorrente de um acordo entre os gestores da empresa e a direção estadual do movimento². Esta prática de utilização de força de trabalho organizada em cooperativas de trabalhadores prestadoras de serviços vem crescendo no ramo produtivo agrícola de frutas e horticultura, pois é vista como um meio de diminuição dos custos de produção para as empresas do setor, principalmente nos casos em que não é possível a mecanização da colheita. Porém, as denúncias de precarização na terceirização destes trabalhadores são constantes (Cremonesi; Melo, 2001), (Paulilo, 1999).

Essa experiência não pôde ser expandida para outros estados do Brasil por vários motivos. Alguns deles estão ligados à organização de feiras de pequenos produtores onde assentados conseguem recursos para o Movimento, às ligações dentro das estruturas públicas dos poderes executivos estaduais, ou mesmo pelo fato de que em vários estados os proletários do campo eram os próprios sem-terra, e o conflito com intermediadores de força de trabalho, conhecidos como "gatos", ser uma constante entre eles há muito tempo.

Para além da contradição do movimento organizar uma empresa de trabalho temporário, esta prática também criou uma contradição dentro dos acampamentos. O dinheiro proveniente do assalariamento temporário criava condições melhores de vida que a dependência exclusiva da produção agrícola nestes espaços.

Desta forma, o MST ao mesmo tempo em que defendia a autonomia camponesa na produção de alimentos, intermediava a contratação de trabalhadores assalariados temporários para o agronegócio, sem desenvolver lutas contra as condições de trabalho a que estes assalariados estavam submetidos. O MST não conseguia, assim, realizar uma ponte política com o proletariado agrícola, com os assalariados temporários, que possibilitasse organizar esta situação para uma perspectiva mais ampla de luta contra estas empresas do agronegócio.

Empresas de celulose e assentamentos

O programa "Poupança Florestal", iniciado em 2004, parece ser primeira tentativa de parceria entre as empresas de produção de celulose e os assentamentos da reforma agrária. No programa, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) produziria eucaliptos em parceria com assentamentos localizados na metade sul do Rio Grande do Sul, sem que a terra fosse

² "Em contrapartida cada funcionário contratado através do MST paga mensalmente uma taxa ao movimento, cerca de R\$ 80,00, que é então utilizada no financiamento de acampamentos, marchas, invasões e outros eventos do movimento." (Mueller, 2007, p. 09).

colocada como garantia financeira da parceria, servindo para isso apenas a produção. O banco ABN-AMRO Real foi a instituição financeira que se dispôs a financiar o programa, que contava ainda com o apoio técnico da EMATER, limitava a produção a 30% da área da propriedade e ainda buscava o desenvolvimento de produção agroflorestal em sistemas de agricultura sustentável. A região sul do Estado foi o local escolhido pela VCP à época para desenvolver um projeto de expansão da produção de eucaliptos e de criação de novo parque industrial (Boechat; Paro, 2008), (Queiroz; Barrichelo, 2008)³.

O primeiro encontro entre VCP e a direção do MST, representada por Ciro Correa, ocorreu em 2004, cujo intermediador foi Oded Grajew. A resposta oficial do Movimento foi negativa quanto à aliança institucional do MST com a empresa. Mas não havia ocorrido uma oposição oficial do Movimento na participação individual dos assentados. Entretanto, posteriormente parte da militância do MST e da Via Campesina destruíram boa parte das mudas plantadas em 2007, em resposta a uma advertência do INCRA. O órgão estatal ameaçava em retirar os lotes a estas famílias, em decorrência de fugirem às normatizações de espécies a serem plantadas nos assentamentos, o que foi corroborado pela coordenação regional do movimento, pois as terras conquistadas para a reforma agrária deveriam, no seu entender, priorizar a produção de alimentos (Agência Folha, 2007).

Contudo, quatro anos depois novo fruto da aproximação do movimento com empresas de celulose aparecerá, como veremos mais adiante no caso da Fibria.

Grupo Pão-de-Açúcar e o arroz orgânico

Na Cúpula dos Povos, ocorrida em 2012 no Rio de Janeiro – em paralelo à Rio + 20 – a declaração da Via Campesina (a qual o MST compõe) deixava clara a rejeição a “economia verde” e o repúdio às grandes corporações multinacionais, depositando a esperança de alternativas na construção de alianças baseadas na mobilização nas ruas, pautadas pelas necessidades dos povos. Percebia a necessidade de denunciar as causas estruturais e as soluções fictícias que o capitalismo “(...) agora maquiado de verde, quer nos oferecer para não enfrentar as verdadeiras causas das múltiplas crises que o mesmo capitalismo tem provocado” (Via Campesina, 2012). O documento prosseguia de forma incisiva contra as corporações e tentativas de esverdear o capitalismo:

A Via Campesina propôs, há 16 anos, a Soberania Alimentar como caminho político para transformar nossa sociedade a partir dos camponeses e camponesas do mundo. Em nossas Assembleias foram centenas de organizações que se somaram a este

³ Os assentamentos se localizam em Piratini, Pedro Osório e Pinheiro Machado.

caminho com clareza e firmeza. Tal como levantou o documento da plenária, “os governos e as corporações trabalham com grande sintonia pela apropriação dos bens comuns da vida e de nossos direitos. Convocamos os povos a se unir e levantar na luta por uma nova sociedade e na construção da soberania alimentar e popular. Não é possível a soberania alimentar no capitalismo. (idem).

E a avaliação quanto à Rio + 20 não poderia ser mais clara:

A Cúpula Oficial da Rio +20, tal como vínhamos denunciando os movimentos sociais, foi um GRANDE FRACASSO, pois 20 anos depois não avançou em nada. No lugar de acertos tivemos retrocessos agora materializados na proposta de economia verde, na maquiagem verde do capital, que pretende mercantilizar a vida. (idem).

Diante de tamanha contundência, é no mínimo curioso que, em paralelo ao acampamento da Cúpula dos Povos, onde integrantes do MST compartilhavam com militantes de diversos outros movimentos do mundo, lideranças dos Sem Terra fossem na cúpula oficial da Rio + 20 (mais precisamente no painel “Segurança e Soberania Alimentar”), em conjunto com representantes do governo e diretores de uma multinacional, anunciar uma parceria entre o MST e o Grupo Pão de Açúcar.

“Parece contraditório, mas sentimos a necessidade de expor e divulgar mais sobre o movimento para a classe média, mostrar que nossa produção é social e ambientalmente sustentável”, justificou Milton Formazieri, da coordenação nacional do MST (Santini, 2012).

A transação comercial – em que a principal rede varejista do país comprou 15 toneladas de arroz orgânico da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita-RS – foi anunciada como a maior já realizada entre um movimento de camponeses com um mercado, sendo intermediada e tendo o apoio do programa Brasil Sem Miséria, do governo federal (Kitanishi, 2012). E, a depender da declaração do diretor de relações institucionais do grupo empresarial, Paulo Pompilio, a intenção é que as negociações se ampliem, pois envolvem a preocupação na questão ambiental e social, claro, valorizando a “produção de alimentos sem agrotóxicos ou defensivos” (idem), mas, sobretudo a questão econômica⁴.

⁴ Obviamente que a questão econômica é o peso principal a ser considerado, demonstrando que há um amplo mercado a ser explorado pelas grandes empresas capitalistas com os alimentos orgânicos. Sandra Caires, gerente comercial de orgânicos do Pão de Açúcar, cita uma pesquisa do Ministério do Meio-Ambiente, divulgada em agosto de 2011, na qual 85% dos consumidores entrevistados se declararam mais propensos à compra de produtos se forem fabricados sem agredir o meio ambiente, como é o caso dos orgânicos. Outros 81% afirmaram ter maior interesse em um produto cultivado organicamente. Além disto, outra pesquisa, esta da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), revelou que em 2011 a comercialização de produtos orgânicos nos supermercados do país cresceu 8%. “Apenas no Pão de Açúcar, a venda de orgânicos cresce anualmente cerca de 30%. Portanto, é um mercado ainda iniciante no Brasil e que merece atenção. Analisando os mercados norte-americano e europeu, a empresa percebeu que as demandas por orgânicos crescem muito rápido”, afirma Sandra Caires. Segundo ela, faltam estímulos para um crescimento maior no Brasil, o que a rede tem tentado fazer. “Os esforços em aumento de sortimento e comunicação nas lojas

Considerando que foi o “O Ministério do Desenvolvimento Agrário [que] articulou reuniões com Pão de Açúcar e WalMart” (idem), nada mais natural que tenha sido o Ministro Pepe Vargas a ter realizado uma das melhores sínteses sobre a simbologia dos pontos de contato de tal parceria. Nas comemorações pela 9ª Abertura da Colheita do Arroz Ecológico no assentamento da região de Nova Santa Rita⁵, o Ministro comentou:

O primeiro símbolo é o da Reforma Agrária que dá certo. O segundo é o da sustentabilidade ambiental, feita pela agricultura familiar. O terceiro símbolo é o conjunto de programas governamentais e políticas públicas que contribuem para o avanço e para o salto de qualidade da agricultura familiar (idem).

Quando questionado sobre o uso maciço de agrotóxicos pela agricultura brasileira, a expansão de sementes transgênicos, o Código Florestal e a lentidão da reforma agrária, o Ministro admitiu a existência de problemas a ser superados, mas defendeu que é preciso ter paciência para avanços: "O neoliberalismo encontra-se em uma profunda crise, mas, como todo sistema em crise, ele não muda de imediato. É um processo que às vezes é mais longo do que a gente imagina" (idem).

A experiência do Arroz Agroecológico tem início em 1999, pelos assentados da reforma agrária nos municípios de Nova Santa Rita, Tapes e Viamão. O Grupo Gestor envolve a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), que fornece Certificação Participativa do Arroz “Terra Livre” – marca que dá nome ao arroz comercializado pelos agricultores, e mais três cooperativas. A área total de certificação orgânica é de cerca de 6.700 hectares. No total, são 428 famílias envolvidas, situadas em 16 assentamentos e 11 municípios, em uma área de produção que chega a quase 3.900 hectares. De acordo com Emerson Giacomelli, membro da coordenação estadual do Movimento, a produção é vendida para o Programa e Aquisição de Alimentos (PAA) e para a merenda escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do mercado regional (idem). E agora, claro, ao Grupo Pão de Açúcar.

No assentamento Filhos de Sepé, em Viamão (a 40km de Porto Alegre e uma das regiões que o governo pretende expandir e consolidar a cadeia produtiva do arroz ecológico), criado em 1999, depois de quatro anos de acampamento na beira da estrada, e que dividi-se em 4 agrovilas, nas quais vivem cerca de 376 famílias, também se planta arroz. Sendo esta uma das três atividades principais de ingresso de renda, ao lado das

intensificaram-se nos últimos 5 anos por meio do desenvolvimento de fornecedores e produtos, além de ancorar os conceitos e exposição dentro de nossas lojas” (Prestes, 2012).

⁵ Ao lado do então governador do estado Tarso Genro, do PT; do presidente do Incra; do ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra, além de prefeitos e vereadores de diversos municípios vizinhos.

hortas familiares, e dos trabalhos nas cidades vizinhas (geralmente em serviços de limpeza para as mulheres, e na construção civil para os homens, o que corresponde a maior parte da renda).

Inicialmente o arroz plantado estava atrelado a um pacote de dependência das multinacionais, como conta Huli:

Monsanto nos traz o pacote tecnológico, herbicidas, praguicidas, isto é, venenos, e nos traz também o arroz. Com o tempo percebemos que estávamos passando da dependência do latifundiário que possuía as terras, para ficar dependentes das multinacionais que possuem a tecnologia. Chegamos a conclusão de que com toda esta luta não havíamos avançado nada, que lutamos durante anos para estar num novo lugar de dependência, e além disso, envenenando nossas famílias e a população que consome o arroz cultivado desta forma (Huli apud Zibechi, 2008, p. 89).

Para tentar sair de tal situação, algumas dezenas de famílias, após intenso debate interno, passaram a cultivar o arroz sem agrotóxico em cerca de 150 hectares (dos 1.600 que se cultivava de modo convencional). A produtividade foi satisfatória e diversificaram a produção com o cultivo de peixes nas áreas de alagamento. Contudo, além da dificuldade de conseguir um selo de certificação de produto orgânico, a dependência em relação as empresas multinacionais não se encerra aí, pois elas controlam além da tecnologia agrícola, a comercialização do produto. "Huli nos conta que a produção de arroz tem cada vez menos valor no mercado, com o que os 1.600 hectares que os assentados cultivam não lhes está permitindo sequer sobreviver da terra" (Zibechi, 2008, p. 90).

Seriam as parcerias com grandes empresas capitalistas, como o varejista Pão de Açúcar, sob controle acionário do conglomerado francês Casino, a saída dos camponeses assentados para as dificuldades de preço e comercialização? E um tipo de saída que aponta para onde?

Stora Enso

Em março de 2008 as mulheres do MST e da Via Campesina realizaram uma série de mobilizações em áreas de grandes empresas multinacionais, entre elas a da empresa de celulose sueco-finlandesa Stora Enso, acusada, entre outras coisas, de ter adquirido ilegalmente 56 mil hectares na fronteira com o Uruguai.

Tais ações seriam o resultado de duas situações complementares, explica João Pedro Stédile (2008):

De um lado, a falta de uma política que de fato priorize um modelo agrícola voltado para a soberania alimentar, para os camponeses e para a reforma agrária. E de outro, um projeto contra o abuso do avanço do capital internacional e de suas empresas, que

passaram a dominar a agricultura brasileira, sem controle nenhum, trazendo enormes consequências na soberania do território, nos nossos recursos, e na agressão de nosso meio ambiente, por meio da monocultura desenfreada.

Ainda em 2008, o MST e a Via Campesina se uniram à ONG "Amigos da Terra", na Finlândia, e começaram uma campanha de envio de cartas, manifestando-se contra as operações da Stora Enso no Brasil. Neste mesmo ano, a empresa buscou (como consta em seu relatório anual de sustentabilidade), "melhorar a nossa capacidade de lidar com demonstrações e invasões de terra"⁶. E retrata da seguinte forma o conflito com as mulheres do MST e da Via Campesina:

Em março de 2008, um grupo composto principalmente de mulheres pertencentes a uma organização local de direitos à terra, denominada Via Campesina, invadiu uma das quatro fazendas que temos no Rio Grande do Sul. Os invasores nos acusaram de operar ilegalmente na região e demandaram a expropriação da terra para a reforma agrária. Entramos com um pedido na justiça, solicitando a remoção pacífica dos invasores. Infelizmente, a invasão terminou em violência. De acordo com o relatório policial, 14 pessoas, inclusive um policial, foram feridos, principalmente por causa de disparos feitos com balas de borracha e em decorrência de quedas. Este resultado é totalmente inaceitável para nós e contradiz nossas políticas. Após o incidente, esclarecemos nossos procedimentos internos que tratam de invasões de terra e fortalecemos o diálogo com as autoridades locais, com o objetivo de impedir a polícia usar a força na eventualidade de uma ocorrência similar no futuro. Além disso, estamos tentando restabelecer o diálogo com o MST (Stora Enso, 2008).

E ao que parece, tal iniciativa da empresa de restabelecer o diálogo com o Movimento surtiu algum efeito. A Stora Enso e o MST concordaram em se encontrar, em junho de 2009. Da parte do movimento, João Paulo Rodrigues informou que "Esperávamos resolver as pendências debatendo os conflitos racionalmente com líderes suecos e finlandeses da empresa [...] Não somos contra a Stora Enso ou a indústria de papel, mas nos opomos ao modelo de economia que representam, no qual a terra é concentrada em mãos de uma pequena elite" (Ronkko, 2010). João Pedro Stédile também se posicionou sobre tal situação, afirmando ser possível o plantio de eucaliptos em pequenas propriedades: "Um pequeno produtor poderia cultivar digamos, dois hectares de eucaliptos numa propriedade de dez hectares. Mas as empresas de papel e celulose não querem este modelo, por julgarem que os lucros são insuficientes. Exigem sempre o lucro máximo, ignorando as consequências sociais e ambientais". E sublinha a questão das nacionalidades das empresas e do desenvolvimento do país (em nada referindo-se à questão de classe),

⁶ "Além disso, nos empenhamos em estabelecer um diálogo com os grupos de interesse nestas regiões, por meio de várias iniciativas, a exemplo do programa de boa vizinhança, a metodologia LOAM (Landscape Outcomes Assessment Methodology) do WWF, bem como o "The Forests Dialogue" (Stora Enso, 2008).

A empresa envia à Finlândia a polpa produzida em suas instalações na Bahia como matéria-prima inacabada. Os brasileiros não se tiram proveito de nada. Os exploradores anteriores, empresas brasileiras, ao menos produziam parte do papel no Brasil. [...] De que adianta a empresa pagar, aqui, algumas dezenas de milhões em impostos, se envia centenas de milhões para a Finlândia? O Estado finlandês, maior proprietário da empresa, não se envergonha desta operação neo-imperialista (idem).

Por convite da ONG "Amigos da Terra", o MST foi convidado a ir a Suécia e a Finlândia, em abril de 2011, para realizar uma série de debates sobre Soberania Alimentar, Agroecologia, Reforma Agrária, Agronegócio, além de participar da reunião anual de acionistas da Stora Enso. O indicado para participar pelo movimento foi Marcelo Durão, do setor de relações internacionais, para quem, "O momento mais trabalhado foi a exposição das denúncias dos crimes realizados pela Stora Enso/Veracel no Brasil dentro da reunião anual dos acionistas da empresa"⁷. Reunião da qual, curiosamente, traz a seguinte informação, "Estas denúncias causaram desconforto por parte da diretoria da empresa e aos acionistas, tanto que após o término da reunião o próprio presidente da empresa fez questão de vir conversar sobre a importância das denúncias, da presença do MST e que queria estabelecer diálogo aqui no Brasil." (Durão, 2011).

O caso Fibria

Em 08 de março de 2006, duas mil mulheres ligadas a Via Campesina, ao MST e a outras organizações do campo, realizaram uma ação numa área da empresa Aracruz Celulose, que abriga um centro de pesquisa sobre o manejo do eucalipto, no município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul⁸. Tal ação pretendia denunciar o impacto do cultivo extensivo de monoculturas, que, segundo as organizações envolvidas, destrói a biodiversidade, deteriora o solo, seca os rios, gera poluição e contaminação através das fábricas de celulose. Para tal situação os militantes passaram a adotar a expressão "deserto verde", desenvolvendo uma campanha em contra desta situação⁹.

⁷ "Dentre as ações da Stora Enso/Veracel no Brasil, a perda da biodiversidade é o principal, pois a mata atlântica é o bioma com maior número de espécies (animais e vegetais) do planeta, mas temos a contaminação de nascentes, córregos e lagoas pelo uso de agrotóxicos; expulsão de comunidades da região; diminuição da produção de alimentos básicos; centralização da propriedade de grandes quantidades de terra na mão da empresa; aumento da pobreza; entre muitas outras ações comuns ao modelo do agronegócio."

⁸ Para um relato detalhado destas ações, bem como da cobertura da mídia empresarial sobre estes fatos, recomendo a leitura de Mano, 2010.

⁹ "Embora "verde", esta paisagem não traz mais a diversidade biológica e humana que antes existia na floresta. Na paisagem das monoculturas, não se encontra mais os habitantes da floresta; constitui um espaço "deserto", "sem vizinhos e sem fartura", na linguagem dos moradores que ali ainda resistem. Daí, a expressão "deserto verde", relevando que, segundo o biólogo e pesquisador Augusto Ruschi, o deserto possui uma maior diversidade animal que a monocultura do eucalipto." (Ferreira, 2006).

A Aracruz é uma empresa de capital multinacional, tendo por acionista majoritário a companhia norueguesa Lorenz, com 28% das ações, seguida pelo Banco Safra, Votorantim, Souza Cruz, BNDES (Arbex Jr., 2009).

Tal ação não deve ser entendida apenas no âmbito do impacto ambiental, pois também se refere à matriz produtiva do agronegócio, baseada no controle das empresas transnacionais, no uso intensivo de insumos industriais, na monocultura e na concentração da produção e do comércio em cerca de três dezenas de empresas transnacionais (Stédile, 2009). O que vai a encontro com as diretrizes do V Congresso do MST em relação às multinacionais do agronegócio. Esta ação também foi saudada entre intelectuais e militantes como uma nova fase do repertório de ação política do MST¹⁰, que para além da ocupação de latifúndios, passava então a lutar contra o capital internacional e financeiro, representado por tais empresas transnacionais (idem).

Dado este novo quadro, é no mínimo de se estranhar algumas formas de relação e negociação que o movimento desenvolveu paralelamente com estas mesmas empresas.

A Fibria, produtora de celulosa e papel, formada pela junção da Aracruz e da Votorantim (e que no ano de 2008 possuía participação direta do BNDES em 34,9% do capital) (Almeida, 2010), anunciou no final de 2011 o projeto de um assentamento de 10 mil hectares no interior baiano, destinado a assentar mil e trezentas famílias, tendo por parceiros o Incra, o governo da Bahia (então chefiado por Jaques Wagner, do PT, e que teve sua candidatura financiada pela Fibria), e o MST. Em agosto deste mesmo ano a liderança do MST havia sido recebida na reunião anual estratégica da empresa (Seabra, 2011). Para o presidente do conselho administrativo da Fibria, José Luciano Penido, tal assentamento terá por referência a *agricultura familiar* e o foco na educação. "Queremos ensinar aos jovens do MST como usar ciência e educação para desarmar um antagonismo desnecessário" (Amcham, 2011). Um antagonismo desnecessário! Desnecessário para qual dos polos, e correspondente a quais interesses?

Em 31 de maio de 2012 o site da Fibria anunciou o lançamento do marco fundamental do Centro de Formação, Educação e Pesquisas em Agroflorestas no Assentamento Jaci Rocha, no município de Prado, extremo sul da Bahia. As atividades se desenvolverão inicialmente num espaço de 12 mil hectares, englobando cerca de mil famílias, localizados nas cidades de Prado, Teixeira de Freitas e Alcobaça, mas deverão ser

¹⁰ Ocupações em terras da Aracruz, por exemplo, já haviam sido feitas, como em 2005 pelo MST no Espírito Santo, mas o que deve ficar claro é o caráter político distinto de tal ação no sul país.

ampliadas posteriormente para outras regiões, abrangendo mais assentamentos e comunidades rurais (estima-se que será um complexo de 6.000 m² e 20 ha de área total). “O Governo da Bahia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e a Fibria, parceiros no projeto ‘Assentamentos Sustentáveis com Agroflorestas e Biodiversidade’”, prossegue a matéria comentando os objetivos de tal iniciativa pioneira, “(...) visa dar as famílias do MST assentadas na região e a algumas comunidades de municípios do extremo sul baiano acesso à formação técnica, educacional e organizacional para a **produção de alimentos com base nos princípios agroflorestais e agroecológicos e na organização social**”¹¹ (Fibria, 2012).

A “iniciativa pioneira” da transnacional (que detêm quase 170 mil hectares apenas no extremo sul baiano), em formar os integrantes do MST nas artes da agroecologia, agrofloresta e organização social, se deu após um histórico da ocupação de seis fazendas da empresa pelo Movimento Sem Terra. O diálogo foi desencadeado e intermediado pelos universitários e acadêmicos da Esalq/USP, contando com o “decisivo apoio, do Governo da Bahia e do Governo Federal” (na época, ambos do PT). “Será o primeiro Centro especializado neste assunto, no mundo, e vai contar com apoio de várias Universidades e Instituições nacionais e internacionais” (idem).

Para uma pessoa distraída, que lesse apenas a matéria, sem prestar atenção na sua fonte, dificilmente suporia que se trata de um projeto de parceria entre governo, empresa transnacional, MST e Universidades¹². Com efeito, ele pretende “(...) fomentar uma nova cultura no campo e na sociedade brasileira como um todo, cooperando no delineamento de um projeto popular de país comprometido com a sustentabilidade em todas as suas dimensões” (idem).

¹¹Todos os grifos são nossos.

¹² Tal modelo de capitalismo verde é apregoado pelo conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Ricardo Young: “As empresas nacionais têm buscado formas de trabalhar com a base da pirâmide. A estratégia de desenvolvimento do país ainda não é a economia verde, mas a prontidão está se disseminando nas estratégias de negócios, por conta de um mercado mundial cada vez mais intolerante nas questões socioambientais”. (Valor Econômico, 2012). Licenças sociais e ambientais que fazem parte do propósito da Fibria: “Estamos próximos de anunciar nossas metas de longo prazo e entre elas está obter uma licença social para operar”, disse o presidente do conselho de administração da Fibria, José Luciano Penido, em uma mesa de discussões do Prêmio Eco 2011, uma parceria do Valor com a Câmara Americana de Comércio (Amcham). A Fibria, que recebeu em agosto daquele ano os líderes do MST em sua reunião estratégica, afirmou que o apoio social às comunidades vizinhas faz parte das metas para 2025. “Queremos divulgar para sermos cobrados”, diz Penido. A empresa persegue o chamado “lucro admirável”, uma aceitação social que vai além dos resultados da última linha do balanço.” (Seabra 2011).

Projeto popular de país e sustentabilidade, no qual a transnacional destinou no ano de 2011, em investimentos em comunidades, do qual já se contempla o projeto de Assentamentos Sustentáveis, em parceria com o MST, o montante de mais de 20 milhões de reais (Fibria, 2011). Os louros à **participação**, as benesses da produção de **alimentos agroecológicos** e da **agricultura familiar**, e o objetivo de conquistar mais assentamentos modelos em agroecologia, são alguns dos valores compartilhados:

Os pontos mais importantes de todo esse processo são a conquista dos novos assentamentos, a decisão de se tornarem assentamentos exemplares de um projeto de agroecologia e sistemas agroflorestais para o Brasil e a construção de um Centro de Formação, Educação e Pesquisa em Agroecologia e Sistemas Agroflorestais. A sua importância estratégica para a agricultura familiar brasileira se tornará um símbolo para a construção participativa, pautada pelo diálogo transparente de um Brasil Sustentável.

Estaria sendo “desarmado um antagonismo desnecessário?”. Conforme os agentes envolvidos: “*Muda-se a relação entre capital e trabalho*”; “*É um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar*”; “*A estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no sul da Bahia*”; “*Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor*”¹³.

Tal estratégia “proativa” de “responsabilidade compartilhada” tem sido fomentada pelo governo federal em outras áreas, como na construção civil, no setor de cana-de-açúcar e soja¹⁴.

Algumas questões

Na dialética das classes sociais, um de seus eixos corresponde precisamente a negação discursiva da divisão da sociedade e de sua configuração em classes sociais antagônicas e em luta. A burguesia nega diariamente a sua afirmação prática cotidiana, mascarando a realidade. A colaboração entre instituições de classes sociais que tem interesses antagônicos e a colaboração entre elas e o Estado não é um dos percursos que se pode auferir das relações entre Estado-MST-Empresas? Os antagonismos seriam resolvidos pela confluência entre as empresas privadas ou públicas e o Estado e os

¹³ Respectivamente: Paulo Kageyama (pesquisador da Esalq/USP); José Penido (presidente do conselho de administração da Fibria); idem; Márcio Matos (direção nacional do MST) (Valor Econômico, 2012b).

¹⁴ Tais informações foram retiradas da imprensa empresarial e relatórios da própria Fibria. O site do MST chegou a veicular notícia do Ministério Público da Bahia no final de 2011, referente a um projeto de restauração florestal que seria implanto no extremo sul da Bahia, pela Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose, que teriam assumido compromisso por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com vistas a corrigir danos ambientais causados em áreas irregulares. <http://www.mst.org.br/node/12753>.

movimentos? A isto se refere a busca por um novo paradigma para “desarmar antagonismos desnecessários” a que se refere o empresário da Fibria em sua relação com o MST. Busca-se envolver os movimentos sociais, ou o setor organizado da classe trabalhadora, numa cultura colaboracionista, com ações positivas que realizam intervenções não estruturais. Esta é uma estratégia de manter os trabalhadores sempre mobilizados, mas em micro-iniciativas, gestionando as pequenas demandas locais e pontuais, com vistas a que não se organizem de modo a ampliar os horizontes políticos e emancipatórios.

O que chama a atenção em tais situações é uma possível contradição nas ações, entre por um lado as manifestantes que adotam uma postura de radicalização e crítica às empresas capitalistas transnacionais, e de outro lado os diálogos e negociações das lideranças do MST com estas mesmas empresas. Estas demonstram mundialmente em seus relatórios de sustentabilidade que negociam e formam parcerias com os movimentos e comunidades atingidas, enquanto colocam na conta de seus orçamentos algum tipo de desenvolvimento social. Entre a ação direta de confronto às transnacionais e a negociação com elas, para onde pende o pêndulo da questão do conflito de classes? Qual destes polos estaria em melhores condições de desenvolvimento no interior das lutas do MST? E isto significaria, a longo prazo, no sufocamento da outra vertente?

Referências bibliográficas

- MST, 2007. 5º Congresso Nacional. Em: <http://www.mst.org.br/especiais/10/>
- GLASS, 2009. Mamona atrai produtor, mas não vira biodiesel no Brasil. Repórter Brasil. Em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/03/mamona-atrai-produtor-mas-nao-vira-biodiesel-no-brasil/>
- Jeronimo, 2011. A monocultura conquista o MST. Correio Braziliense. Em: <http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=201918>
- Gomes, 2009. O Brasil dos agrocombustíveis – os impactos da lavoura sobre a terra, o meio e a sociedade. Soja, Mamona. Repórter Brasil, Centro de monitoramento de agrocombustíveis. Em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/o-brasil-dos-agrocombustiveis-v4.pdf>
- FERNANDES, B. M (1999). Contribuições ao estudo do campesinato brasileiro. A formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST (1979-1999). Tese de doutoramento em geografia, USP.
- Rolim, 1996. Relatório Azul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Em: <http://www.al.rs.gov.br/download/CCDH/RelAzul/relatorioazul-96.pdf>
- Scolese, 2008. Conselho de promotores do RS pede fim do MST. Folha de São Paulo. Em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200824.htm>

CARTER, M (2006).. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. AGRÁRIA, São Paulo, nº4, 2006, p. 134-135.

MÜLLER, C. V. (2007). A produção de maçãs na Agropecuária Schio em Vacaria/RS. Relatório do estágio de conclusão do curso de Agronomia, UFSC.

Cremonesi; Melo (2001). Contratação fraudulenta de trabalhadores por intermédio de cooperativas de trabalho. Revista do Ministério Público do Trabalho. Fev/2001.

Paulilo (1999). Terceirização e Reestruturação Agroindustrial: avaliando o caso citrícola brasileiro. Revista de Administração Contemporânea. Jan/abril/1999.

Boechat; Paro, 2008. Case study. VCP in Brazil: planting eucalyptus in partnership with the rural poor. Growing Inclusive Market.UNDP.

Queiroz; Barrichelo, 2008. A celulose de eucalipto, uma oportunidade brasileira. Avisbrasilis, Vinhedo, SP.

Agência Folha (2007). MST arranca eucaliptos de assentamento do Rio Grande do Sul. Em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u92131.shtml>

Via Campesina, 2012. Documento oficial final da Via Campesina na Cúpula dos Povos, 2012.

Santini, 2012. Cooperativas do MST vendem 15 toneladas de arroz para Pão de Açúcar. Repórter Brasil. Em: <http://mst.org.br/content/cooperativas-do-mst-vendem-15-toneladas-de-arroz-organico-para-pao-de-acucar>.

Kitanishi, 2012. Colheita de arroz agroecológico mostra força da Reforma Agrária. Jornal Sem Terra. Em: <http://www.mst.org.br/node/13538>

Prestes, 2012. Arroz orgânico produzido em assentamentos já chega em supermercados. Sul 21. Em: <http://sul21.com.br/jornal/2012/10/arroz-organico-produzido-em-assentamentos-ja-chega-aos-supermercados/>

Zibechi, 2008.

Stédile, 2008. As multas no alvo dos sem terra. Carta Capital, março de 2008.

Stora Enso, 2008. Uma visão clara de um futuro brilhante. Desempenho de sustentabilidade de 2008. Em: http://www.storaenso.com/media-centre/publications/sustainability-report/Documents/SustainabilityPerformance2008_Portuguese.pdf

Ronkko, 2010. Adeus à era do “me-dá-um-emprego-ai”. Outras Palavras. Em: <http://www.outraspalavras.net/2010/04/23/adeus-a-era-do-%e2%80%9cme-da-um-emprego-ai%e2%80%9d>

Durão, 2011. MST participa de seminário na Suécia e vai à Finlândia denunciar a Stora Enso. MST-RJ. Em: <http://boletimmstj.mst.org.br/mst-participa-de-seminario-na-suecia-e-vai-a-finlandia-denunciar-a-stora-enso/>

Mano (2010), “Deserto verde, imprensa marrom. O protagonismo político das mulheres nas páginas dos jornais”. Dissertação de mestrado em jornalismo, PUC-SP.

Ferreira, 2006. Entrevista didática sobre a Aracruz e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/361982.shtml>. Ver também o site www.desertoverde.org e Não ao deserto verde: <http://www.mst.org.br/node/82>.

ARBEX JR., José. “Haja cruz”. Núcleo Piratininga de Comunicação, abril de 2006. Em: <http://www.piratininga.org.br/2006/86-arbex-cruz.html>

STEDILE, João Pedro. MST: 25 anos de teimosia. *Revista Caros Amigos*. Janeiro de 2009.

Mansueto Almeida, “Desafios da real política industrial brasileira no século XXI”. Apud, revista Retrato do Brasil, edição nº 30, janeiro de 2010, p. 11.

- Seabra, 2011. Sustentabilidade na prática traz resultados. Valor online. Em: <http://isebvmf.com.br/index.php?r=noticias/view&id=226148>.
- Amcham, 2011. Ideologia, engajamento e métricas são receita de empresas-referência em sustentabilidade. Em: <http://www.amcham.com.br/regionais/amcham-sao-paulo/noticias/2011/ideologia-engajamento-e-metricas-sao-os-ingredientes-de-sustentabilidade-da-natura-fibria-e-du-pont>
- Fibria, 2012. Governo da Bahia, MST, Esalq e Fibria lançam marco fundamental do Centro de Formação, Educação e Pesquisa em Agroflorestas. Em: http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2012mai31d.htm
- Valor Econômico, 2012a. Líderes esperam avanços reais que validem o discurso. Em: <http://www.valor.com.br/rio20/2715316/lideres-esperam-avancos-reais-que-validem-o-discurso>
- Fibria, 2011. Relatório de Sustentabilidade. Em: http://www.fibria.com.br/rs2011/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2011.pdf
- Valor Econômico, 2012b. Alianças inéditas. Em: <http://www.valor.com.br/empresas/2760226/aliancas-ineditas>